

Modelo para descrição de perfil profissional desejável para cada CCE ou FCE, de níveis 11 a 17, alocados nas estruturas regimentais ou nos estatutos dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional

MODELO DE PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL	
DO CARGO OU FUNÇÃO	
Nome do cargo ou função	Diretor do Departamento de Promoção da Política Indigenista
Nível do cargo ou função	CCE 1.15
Órgão ou entidade	Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígena do Ministério dos Povos Indígenas
DAS RESPONSABILIDADES	
Principais responsabilidades	<p>I - subsidiar e acompanhar a política de saúde indígena executada pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, em articulação com a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde;</p> <p>II - propor diretrizes, articular e acompanhar ações, programas e políticas voltadas à garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, para garantir suas especificidades socioculturais;</p> <p>III - articular, acompanhar e monitorar a política de educação escolar indígena desenvolvida pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal;</p> <p>IV - promover o acesso à documentação civil como direito básico de cidadania, respeitadas as especificidades socioculturais, linguísticas e territoriais de cada povo indígena;</p> <p>V - acompanhar e articular o acesso aos benefícios sociais e previdenciários pelos povos indígenas, de modo a garantir que suas especificidades socioculturais sejam respeitadas;</p>

	<p>VI - articular e acompanhar ações e medidas de combate e enfrentamento às violências contra pessoas e coletivos indígenas;</p> <p>VII - articular, fomentar, propor, coordenar e monitorar políticas específicas para povos indígenas que vivem em contexto urbano ou em territórios não regularizados, retomadas e fora de seus territórios, com observância das especificidades socioculturais;</p> <p>VIII - propor, articular e fomentar políticas específicas voltadas a garantir direitos das mulheres indígenas e assegurar que mulheres e meninas indígenas tenham acesso pleno e efetivo a sistemas de justiça conforme sua diversidade sociocultural e territorial, sem discriminação étnico-racial, de gênero, preconceito, estereótipos ou qualquer tipo de represálias e violências;</p> <p>IX - articular, fomentar e propor medidas para que a população indígena LGBTQIA+ tenha seus direitos respeitados a partir de suas especificidades socioculturais;</p> <p>X - acompanhar as políticas públicas destinadas aos povos indígenas, propor indicadores e metas para monitoramento e produzir estudos para qualificar a política indigenista, com base nos programas e ações previstas nos planos plurianuais do Governo federal; e</p> <p>XI - receber, consolidar e sistematizar documentos e informações ligados ao tema de violações de direitos e segurança dos povos indígenas.</p>
<p>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho</p>	<p>A atuação gerencial envolve a supervisão da Coordenação-Geral dos Direitos Sociais Indígenas, bem como da Coordenação-Geral de Promoção à Cidadania.</p> <p>A equipe de trabalho é composta por servidores públicos com e sem vínculo efetivo, e terceirizados.</p>
<p><b>DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS</b></p>	
<p>Critérios Gerais</p>	<p>Conforme o art. 9º da Lei nº 14.204, de 2021:</p> <p>Idoneidade moral e reputação ilibada;</p>

	<p>Perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e</p> <p>Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no <u>inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u>.</p>
<p>Critérios específicos</p>	<p>Ter, no mínimo, um dos seguintes critérios:</p> <p>I - possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>II - ter carga ocupada em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</p> <p>III - possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições da carga ou da função; ou</p> <p>IV – realizar, no âmbito da Administração Pública, ações de desenvolvimento de liderança, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
<p><b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b></p>	
<p>Formação e Experiência Desejáveis</p>	<p>I - possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>II - ter carga ocupada em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</p> <p>III - possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições da carga ou da função; ou</p>

	IV – realizar, no âmbito da Administração Pública, ações de desenvolvimento de liderança, com carga horária mínima de cento e vinte horas.
Competências Desejáveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientação para os resultados;</li> <li>- Visão sistêmica;</li> <li>- Compartilhamento de informações e conhecimentos;</li> <li>- Liderança de equipes; e</li> <li>- Gestão de Pessoas</li> </ul>
Outros Requisitos Desejáveis	<p>Áreas de formação desejáveis: Direito, Antropologia, Ciências Sociais, Ciência Política, Administração Pública, Gestão Pública ou áreas correlatas às políticas públicas e à promoção de direitos dos povos indígenas.</p> <p>Trajetória e experiências desejáveis: Experiência na formulação, coordenação e monitoramento de políticas públicas voltadas à promoção da política indigenista, articulação interinstitucional e federativa, interlocução com organizações e movimentos indígenas e acompanhamento de agendas estratégicas relacionadas à garantia de direitos. Desejável vivência na administração pública federal e conhecimento aprofundado dos marcos normativos e institucionais da política indigenista.</p> <p>Outros requisitos relevantes: Capacidade de liderança e coordenação técnica, visão estratégica das políticas públicas indigenistas, habilidade de articulação institucional e diálogo intercultural, boa comunicação e atuação em ambiente de elevada complexidade e responsabilidade institucional.</p>